

PEDAGOGIA E CURRÍCULOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR: EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE (AEPPA)

PEDAGOGY AND CURRICULUM FROM THE PERSPECTIVE OF POPULAR EDUCATION: EXPERIENCE OF THE ASSOCIATION OF POPULAR EDUCATORS OF PORTO ALEGRE (AEPPA)

Fernanda dos Santos Paulo¹

Recebido em 04/01/2024

Aprovado em 02/02/2024

RESUMO

O texto apresenta a experiência de um movimento popular na conquista de cursos de pedagogia para formação de educadores populares na perspectiva da Educação Popular. Estes educadores trabalham com políticas públicas sociais nas periferias da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. São contextos de educação escolar e não escolar institucionalizados. Os cursos foram demandados pelos educadores populares (militantes da Educação popular), cujos currículos foram construídos juntamente com as universidades. Para este texto foram utilizados pesquisa bibliográfica e documental. A organização do texto busca as contribuições da metodologia da Sistematização de Experiências. O objetivo é socializar essa experiência, identificando os seus limites, possibilidades, avanços e retrocessos. Finalizo o texto apresentando categorias que emergiram do estudo e com reflexões advindas das interpretações e análise da experiência.

Palavras-chave: Educação Popular; Educadores Populares; Currículo; Pedagogia.

ABSTRACT

The text presents the experience of a popular movement in winning pedagogy courses for training popular educators from the perspective of Popular Education. These educators work with social public policies on the outskirts of the city of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul. They are institutionalized contexts of school and non-school education. The courses were demanded by popular educators (popular Education militants), whose curricula were built together with the universities. For this text, bibliographical and documentary research was used. The organization of the text seeks contributions from the Systematization of Experiences methodology. The objective is to socialize this experience, identifying its limits, possibilities, advances and setbacks. I conclude the text by presenting categories that emerged from the study and with reflections arising from the interpretations and analysis of the experience.

Keywords: Popular Education; Popular Educators; Curriculum; Pedagogy.

¹ Doutora em Educação (2018), no Programa de Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Mestre em educação pelo Programa de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Educação Popular e Movimentos Sociais. Graduação em Pedagogia e Filosofia. Militante do Movimento de Educação Popular, da Associação de Educadores populares de Porto Alegre (AEPPA) e do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio Grande do Sul (FEJARS). Atualmente é professora-pesquisadora permanente dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Educadora Popular por opção (militância). Pesquisa Educação Popular nas suas diferentes dimensões (histórica, filosófica, epistemológica e política) e em contextos escolares e não escolares. Participa da Rede Nacional de Pesquisadorxs em Pedagogia e da Rede de Cidades que Educam. Membro do Fórum Estadual Popular de Educação do RS e compõem a colegiada da CONAPE/RS 2022. Contato: fernandapaulofreire@gmail.com

INTRODUÇÃO

O texto apresenta a experiência de um movimento de educadoras populares, organizadas através da Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) na luta por formação de educadoras (es) que trabalham em periferias da capital gaúcha, em contextos escolares e não escolares de educação.

O Movimento de Educação Popular através da AEPPA nasceu nos primeiros anos da década de 1990. Inicialmente eram educadoras de creches, educadores (as) de contraturno (depois, chamado de Serviço de Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - SASE e hoje Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – (SCFV), educadores(as) de rua, educadores (as) alfabetizadores de jovens e adultos e oficinairos (as). Estes educadores (as), trabalhadores(as) em associações comunitárias de bairros, decidiram organizar-se, após uma nota no jornal local que trazia a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Buscaram reivindicar formação inicial, cuja bandeira de luta foi: formação na perspectiva da Educação Popular, reconhecimento e valorização (PAULO, 2013). Anteriormente, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), as educadoras (maioria mulheres) iniciaram as primeiras mobilizações em prol de suas formações, instaurando espaços de estudos entre elas a partir da necessidade de conhecer as políticas públicas e a Educação Popular.

Esta breve contextualização serve para apresentar a metodologia deste artigo, o qual se utiliza de pesquisas bibliográficas e documental, assim como alguns aspectos da recuperação coletiva da história (TORRES, 2021) e da Sistematização de Experiências (JARA, 2012). O objetivo é veicular essa experiência, a qual faço parte dela, articulando prática e teoria, assim como identificar os seus limites, avanços e retrocessos.

EDUCAÇÃO POPULAR E PESQUISAS PARTICIPATIVAS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

A construção do conhecimento e o uso de metodologias tem sido um campo de disputa, de posicionamento e de poder. Saber, pesquisa, poder e política estão imbricados, ainda que algumas perspectivas metodológicas e epistemológicas desconsiderem estas conexões e, ainda, proclamam que a fazer pesquisa é um trabalho neutro. Como conhecemos na história da ciência, por longos anos ignorou-se as pesquisas participativas e, conseqüentemente, foi ignorado a diversidade de saberes das classes populares. Fazer pesquisa, ser pesquisador(a) era para as

pessoas consideradas como “iluminadas”. Assim, foi se constituindo a divisão entre os que pensam (trabalho teórico) e os que realizam trabalhos práticos.

Nos últimos anos, com as políticas neoliberais, presentes em todas as esferas da nossa vida social e política, vem se perpetuando a produção de conhecimento regida pela lógica do mercado, reforçando as desigualdades sociais, políticas, educacionais e culturais. Não são consideradas a diversidade cultural das regiões, das cidades, dos estados, dos países, pois é considerado válido, na globalização, um “discurso único”, desconsiderando e invisibilizando experiências como da Educação Popular e da AEPPA.

Em países latino-americanos, como o Brasil, sobretudo a partir de Paulo Freire e da Educação Popular, desde a década de 1960 (PAULO, 2013; 2018), educadores (as) críticos(as) questionaram as metodologias e epistemologias modernas ocidental, dizendo que estas concepções reproduzem a ordem social hegemônica, ignoram as diferentes culturas e histórias e desconsideram estudos de latino-americanos. Quijano (2005) e Walsh (2013) denunciam a desvalorização do conhecimento gerado em países latino-americanos. Paulo Freire (1969, 1987) anuncia que os opressores querem absolutização da ignorância, isto é, fazer com que acreditemos que uma pessoa não sabe nada de nada e, por isso, não tem condições de construir conhecimento. Assim sendo, a escola para os oprimidos serve para domesticar e aculturar as massas, não sendo considerada uma educação para ação cultural para a liberdade.

A Educação Popular tem muitos sentidos e significados (PAULO, 2018), mas na perspectiva crítica, para este texto, dialogaremos com Paulo Freire (1959; 1969) e Carlos Rodrigues Brandão (2009). Ambos educadores apresentaram uma proposta de educação e metodologia comprometidas com a emancipação humana, tendo como princípios o diálogo, a participação, a escuta e a transformação. Desde então, a Educação Popular é compreendida como uma alternativa contra-hegemônica aos modelos tradicionais, tecnicistas e neotecnicista de educação.

As pesquisas participativas e a Educação Popular, segundo Brandão (2009), as experiências de Paulo Freire no trabalho de alfabetização vivenciou pesquisa do universo cultural popular. Considerada como pesquisa alternativa, pesquisa do universo vocabular e temas geradores.

Brandão (1999) identifica algumas modalidades de pesquisas participativas: pesquisa social, pesquisa alternativa, pesquisa participante, pesquisa coletiva popular, observação participante, investigação participativa, investigação alternativa, pesquisa dos trabalhadores e pesquisa-confronto. Na AEPPA utilizamos a Pesquisa Ação e Pesquisa Participante compreendidas como uma metodologia contrária aos regimes autoritários e modelos de sociedade e educação excludentes, se constituindo como uma alternativa de trabalho popular, visando a promoção de produção coletiva de conhecimentos.

A Pesquisa Participante busca romper com o monopólio do saber e com a ideia de que interpretar e analisar a realidade é papel de “iluminados e doutores do conhecimento”. Sendo assim, a análise crítica, a compreensão dos problemas e da realidade individual, coletiva, local e global compõe parte de fazer pesquisa com as pessoas, cujo objetivo é pesquisar para transformar. (BRANDÃO, 1999; PAULO, 2013).

Para esse texto utilizamos a Sistematização de Experiências (JARA, 2012) que exige a compreensão de que existem características próprias de uma sistematização de experiências (quadro 1), entendida como:

(...) um exercício intencionado que visa a penetrar na trama “próxima complexa” da experiência e recriar seus saberes mediante um exercício interpretativo de teorização e de apropriação consciente do vivido. Requer um empenho de “curiosidade epistemológica” e supõe “rigor metódico” para converter o saber que provém da experiência, por intermédio de sua problematização, em um saber crítico, em um conhecimento mais profundo. (JARA, 2012, p. 75-76).

Dialogando com a Sistematização de Experiência busquei alguns aspectos da Recuperação Coletiva da História (TORRES, 2021) para escrever este texto, sendo que nesta metodologia sugere-se algumas técnicas para Pesquisas Participativas, a saber: trabalho documental, fontes escritas, orais, entre outras. O objetivo desta metodologia, com o uso de uma diversidade de técnicas participativas é “pensar cómo colocar en práctica una historia desde abajo y desde el sur.” (TORRES, 2021).

Na Educação Popular temos utilizado a história como prática social, cultural e constituída enquanto memória coletiva. Sendo assim, a reconstrução histórica não deve limitar à consulta de arquivos e documentos escritos formais, mas deve, também, considerar narrativas, testemunhos, oficinas, rodas de diálogos e outras técnicas. Neste caso, alguns documentos da AEPPA possuem estes registros: atas de reuniões temáticas e assembleias, cadernos de registros de atividades formativas, fotografias e cartas pedagógicas. Para a construção deste texto, usei a sistematização de experiências, conforme o quadro que segue:

Quadro 1- Organização da Sistematização de Experiências.

Ponto de partida	Escolhemos a AEPPA como objeto de estudos e educadores(as) populares como sujeitos que participaram das experiências de construção de currículos na perspectiva da Educação Popular.
Perguntas iniciais	Quais as potencialidades, desafios, limites e retrocessos das experiências de construção de currículos na perspectiva da Educação Popular na AEPPA?
Recuperação do processo vivido	A reconstrução desta experiência dar-se-á via pesquisa bibliográfica e documental.
Reflexões de fundo	Interpretação e análise crítica dos dados.
Pontos de chegada	Conclusões, recomendações e propostas a partir do estudo crítico da experiência.
Fonte: da autora a partir de Oscar Jara (2012).	

A história da Educação Popular, mediante um conjunto de experiências vividas e sentidas, consistente como característica de pesquisas participativas. Sendo assim, a história da AEPPA, constituída de práticas políticas e educativas podem ajudar a construir a identidade da Educação Popular e das pesquisas participantes que visam processos de transformação, além de contribuir para a reinvenção da universidade.

Algumas das referências bibliográficas, identificadas em nossos estudos, buscaram fontes orais para pesquisas sobre Educação Popular e a AEPPA. Estas fontes orais dão vida para o conhecimento construído junto com educadores(as) populares, ainda invisibilizados na história da educação. As pesquisas identificadas sobre a AEPPA e formação de educadores (as) foram as de Flores (2007), Oliveira (2008), Paulo (2010, 2013), Ferreira (2010), Lord (2011), Machado (2019), Paulo e Ferreira (2021) e Streck et al. (2014).

Sobre a experiência a ser sistematizada neste texto, é a de construção de currículos na perspectiva da Educação Popular em cursos de Pedagogia, via demanda e participação da AEPPA. Este é a delimitação do nosso objeto. Na próxima seção vou compartilhar um breve resumo da AEPPA e da experiência a ser apresentada e analisada.

A Associação De Educadores Populares De Porto Alegre (Aeppa) E Currículos Na Perspectiva Da Educação Popular Nos Cursos De Pedagogia

13

A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA), fundada em 24 de junho de 2000, emergiu de um movimento de educadoras populares iniciado no início dos anos 1990 em Porto Alegre. Focada na formação político-pedagógica, valorização e reconhecimento de educadores que atuam em instituições comunitárias e em contextos educacionais diversos, a AEPPA promove a educação popular e a organização de encontros com foco na formação política e na inclusão de educadores populares na universidade. Atualmente, a AEPPA opera como um movimento de educação popular, mantendo uma rede de educadores sem a formalidade de associados, e continua a fortalecer sua identidade coletiva através de formações e discussões sobre temas relevantes para os educadores.

Para exemplificar, busquei em um dos documentos da AEPPA alguns de seus princípios e lutas:

Lutamos pela constituição de Universidades Populares para formação política na perspectiva da Educação Popular. Temos o compromisso de articular os conhecimentos dos movimentos populares com os conhecimentos da academia, tornando possíveis coligações entre eles e ações coletivas conjuntas afim de não separar a experiência do trabalho com a da Universidade (prática e teoria). (CARTA DE PRINCIPIOS, 2012).

Em 1998, a AEPPA teve a primeira experiência de construção de currículo na perspectiva da Educação Popular com o objetivo de gerar mudanças na prática educativa dos (as) educadores (as) e da vida profissional destes (as). No depoimento de Tamar Gomes de Oliveira: “Estruturamos o currículo a partir da realidade profissional dos educadores populares e da Educação Popular. Para nós, é um avanço, significa a qualificação do trabalho e uma perspectiva de melhor remuneração”. No Jornal Correio do Povo encontramos: “Estudos no Ensino Médio/Magistério e na universidade qualificam profissionais de Porto Alegre”. (CORREIO DO POVO, 2006).

A experiência de educadores(as) populares na construção e colaboração de currículos de cursos de Pedagogia iniciou-se com a participação na estrutura curricular de cursos de nível médio, na modalidade normal a partir de uma Comissão de Educação, composta por educadores(as) do Movimento de Educação Popular que depois se organizou como AEPPA. (FERREIRA, 2010; PAULO, 2010). Para Paulo (2013, p. 34) “Cabe destacar que a busca por conhecer o currículo do curso desenhava o nascedouro da AEPPA, pois ele é fruto de uma ‘pesquisa-ação’ como foi chamado pela Comissão de Formação.” Nas palavras de Ferreira (2010, p.14): “no ano 1996 é publicada a nova LDBEN, que fomentou a nossa busca por formação, onde no primeiro momento nos organizamos em uma comissão de formação, com o objetivo de pesquisar em Porto Alegre cursos de Magistério e sua grade curricular.”

Para a reconstrução desta experiência as pesquisas bibliográficas e documentais contribuíram, pois localizamos 9 trabalhos (artigos, teses, dissertações e livros) que trazem a Associação de Educadores Populares como um movimento de Educação Popular que luta por formação político-pedagógica de trabalhadores(as) de contextos escolares e não escolares. Para contextualizar a AEPPA e o lugar da formação e a construção de currículos organizei um quadro com autores(as) de pesquisas sobre esse movimento.

Quadro 2 - Presença da Educação Popular nos currículos de cursos para educadores Populares

Autores (as)	Citações
Flores (2007)	<p>“Eu fazia parte da comissão de formação. A gente promoveu alguns seminários, conseguimos pessoas como Brandão, Jussara Locke... Foram algumas pessoas que ajudaram na caminhada, na construção daquele currículo que a gente queria, enquanto curso voltado para educação popular.” (trechos da entrevista coletiva. Grifos meus).</p> <p>“(…) a organização do currículo do curso por um coletivo de especialistas da SMED e de outras instituições, incluindo, particularmente, representantes das próprias Creches Comunitárias, de forma a garantir a materialização de um currículo voltado à educação popular;” (p. 167, Grifos meus).</p>
Oliveira (2008)	<p>“Nesse processo de luta pela formação, o maior mérito foi os educadores populares conseguirem construir junto às instituições de curso Normal e de Pedagogia um currículo cuja forma e conteúdo privilegiavam a Educação Popular.” (p.56. Grifos meus).</p>

	Esse processo de busca por formação para os educadores populares na AEPPA houve um movimento de reformulação do currículo dos cursos de graduação , acompanhado pela necessidade de programas voltados para as necessidades da comunidade local: “um Curso de Pedagogia, referenciado na Educação Popular” . (p.84. Grifos meus).
Paulo (2010)	<p>“Ao lado desses debates, estava a necessidade da formação tanto inicial quanto permanente que contemplasse o contexto do trabalho desenvolvido nas instituições comunitárias no âmbito da educação não escolar, trazendo, portanto, a necessidade de um currículo inovador, real e significativo.” (p.26. Grifos meus)</p> <p>Nesse sentido, a formação em Educação Popular, como compromisso coletivo com a construção de conhecimentos libertador articulado com as dimensões éticas, políticas, pedagógica e estética está permeado numa pedagogia do Movimento Social onde reinventar o currículo de cursos formadores de educadores/as é (...). (p.34. Grifos meus).</p>
Ferreira (2010)	“Ano de 1998, eu grávida, sonhando com dois nascimentos: o da minha filha Tuani e o do Curso Normal, direcionado para nós educadores populares , que juntamente com seguimentos organizados da Micro região V (Glória, Cruzeiro e Cristal) e da cidade de POA, escrevemos o Curso com 03 eixos norteadores: a Educação Popular, a Interdisciplinaridade a Avaliação Emancipatória , com sua grade curricular aberta pois os conteúdos partem da prática de cada aluno-educador que está em formação .” (p. 14. Grifos meus).
Paulo (2013)	“(…) o currículo desse curso (UERGS) foi diferenciado , considerando o perfil dos 150 educadores(as), inseridos(as) no MOVA, na EI (creches comunitárias e escolas municipais) e nas entidades conveniadas com a Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC). (p.126. Grifos meus). Registramos que esse curso foi fruto da mobilização dos(as) educadores(as), organizados(as) na AEPPA , os quais lutam pelo direito à formação acadêmica, através do curso de Pedagogia com currículo que considere a Educação Popular como horizonte , turma e ingresso diferenciados, de acordo com a realidade desses sujeitos.” (p.127. Grifos meus).
Lord (2011)	<p>“Para a construção da proposta do curso, os educadores populares trouxeram uma perspectiva freiriana, mediante a qual o currículo deveria estar voltado às suas realidades.” (p.121. Grifos meus).</p> <p>“Esta proposta de grade curricular e conteúdo do curso elaborado pelos educadores através da AEPPA para a Escola Emílio Meyer fundamentou-se nas obras de Paulo Freire e sua proposta para uma educação popular libertadora. A efetivação inicial desta proposta no curso foi possível pelo apoio da direção da Escola, de técnicos da Secretaria Municipal de Educação e de professores da UFRGS com os quais os educadores populares estabeleceram diálogos desde 1998 quando criaram a Comissão de Formação que antecedeu a AEPPA.” (p. 126. Grifos meus).</p>
Machado (2019)	“ Curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular - Comprova-se, portanto, que a parceria interinstitucional entre o Conselho Municipal de Educação (CME) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em uma Universidade privada de Porto Alegre e a entidade comunitária Associação dos Educadores Populares (AEPPA) ,

	<p>contribuíram para a consolidação de uma política pública, na perspectiva da formação universitária crítica, tendo em vista, as desigualdades econômicas e sociais existentes.” (p.9. Grifos meus).</p> <p>“Foi aí que se pensou, desejou e realizou-se o sonho de ter a –AEPPA- com o apoio de militâncias políticas e acordos feitos chegamos à proposta de adentrar a universidade.” (p.99. depoimento de educador popular. Grifos meus).</p>
Paulo e Ferreira (2021)	<p>“1998 – 2000- início da construção de currículos na perspectiva da Educação popular em escolas municipais com curso normal: Escola Municipal Liberato Salzano Vieira da Cunha e Escola Municipal Emílio Meyer; em 2002- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul: Curso de Pedagogia de Educação Popular – 150 educadores/as iniciaram a graduação. 2006 - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Pedagogia com ênfase em Educação Popular. 2007-2008- AEPPA, Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente, Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre e Instituto Superior de Educação Ivoti: Curso de Pós-graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais.” (p. 4-5. Grifos meus).</p>
Streck et al. (2014)	<p>“Após muitas reuniões, as educadoras populares, atuantes em diferentes contextos educativos, conquistaram via AEPPA e orçamento participativo, a formação inicial em nível médio – curso de magistério – com um currículo voltado para a educação popular na Escola Municipal Emilio Meyer (...). “(p.119. Grifos meus).</p>

Fonte: da autora.

Como pode ser observado no quadro 2, na AEPPA foram dois movimentos de construção coletiva de currículos de cursos para formação de docentes e educadores sociais; o primeiro em cursos de nível médio em escolas públicas na modalidade normal (magistério); o segundo, de curso de pedagogia em uma universidade pública (UERGS) e em uma filantrópica (PUCRS).

No século XIX tínhamos, primeiramente as escolas normais (1984) e depois foi criado o curso superior da Escola Normal (1892) cuja finalidade de ambos era a formação de professores. (SAVIANI, 2008)

Em nosso texto o recorte temático é o curso de Pedagogia, que como conhecemos não tem uma longa trajetória no Brasil. Em 1930 ocorreu a primeira regulamentação do curso de pedagogia no Brasil. A partir de 1939, o modelo de ensino passou a seguir o esquema três mais um, onde os três primeiros anos formavam bacharel em pedagogia e o último formava o licenciado em pedagogia.

Segundo Saviani (2008), com a Lei nº 5.540/1968, o curso de pedagogia foi novamente regulamentado e, um ano depois mediante a Lei nº 464/69 fixou-se os conteúdo e duração do curso de Pedagogia. Como sabemos, através da história da educação, durante o regime militar (Período de 1964-1985), a formação docente estava alinhada às necessidades do desenvolvimento econômico internacional; isto é, no modelo educacional técnico. É mister recordar que no período do regime militar (“anos de chumbo”) foi um tempo de repressão no Brasil, especialmente entre de 1968

a 1974, cujas escolas e universidades eram perseguidas e controladas. Neste contexto o livro de Pedagogia do Oprimido foi proibido de ser lido e utilizado nas universidades pelo governo brasileiro (PAULO, 2018).

A partir de 1980, pesquisadores identificaram que a pedagogia necessitava de uma identidade própria, ocorrendo encontros, estudos e debates sobre o tema “quem é o pedagogo e “qual é sua área de atuação?” (SAVIANI, 1985). José Carlos Libâneo (SAVIANI, 2008) e Demerval Saviani tornam-se referência para este tema.

Atualmente, os campos de atuação do profissional pedagogo(a) são vários. Ele pode atuar na docência, na gestão e coordenação escolar e não escolar, na pedagogia hospitalar e em outros contextos que necessitem deste (a) profissional. Em nenhuma das reformulações oficiais do curso de Pedagogia, a Educação Popular esteve presente. Talvez, possamos considerar que existe uma confluência a partir da Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas educacionais progressistas com as ideias da Educação Popular.

Neste sentido, os aspectos centrais da experiência que me interessa sistematizar são: Currículo e formação a partir da participação da AEPPA na elaboração de cursos de pedagogia com ênfase na Educação Popular. Neste caso, os elementos que devem ser levados em conta na recuperação histórica são: o Movimento Social Popular (AEPPA), governos populares e políticas de participação.

CONTINUIDADE DA RECUPERAÇÃO DO PROCESSO VIVIDO: ASPECTOS CENTRAIS DA EXPERIÊNCIA

17

O primeiro destaque a ser apontado é a concepção de currículo. O currículo, presente na educação escolar e na educação não escolar institucionalizada é um fenômeno histórico, político, cultural e social. É resultado de forças políticas e pedagógicas e representa projetos de educação em disputas. Nessa perspectiva, currículo é disputa, é poder, é seleção e é possibilidade de transgressão, se considerado como ação, movimento, trajetória e plural. (APPLE, 1982). Na Educação Popular, cada realidade deve ser interpretada, respeitada e considerada na construção de um currículo. Deve ser um processo de relacionar a realidade local com a realidade global. Ele é dinâmico, mutável e está sujeito a mudanças, influências e disputas.

Para Sacristán (2000), o currículo deve permitir reflexão sobre a prática. Na AEPPA discutimos “os currículos formais selecionando o que era importante para a nossa formação” (ATA 10, 2006) e acrescentando o que era significativo para o nosso contexto de trabalho. Incluímos a Educação Popular como eixo orientador de todo currículo e componentes curriculares específicos como: concepções e métodos de Educação Popular, História da Educação Popular, Movimentos Sociais e Educação Popular, Observação, integração e participação na realidade local e regional,

investigação da realidade local e regional, investigação da realidade socioeducativa (contexto escolar e não escolar), gestão educacional (educação escolar e não escolar), pedagogia hospitalar, educação em espaços não formais, etc.

Os Cursos de Pedagogia, com ênfase em Educação Popular, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) caracterizou-se pelo trabalho coletivo de educadores (as) populares no diálogo, problematização e organização curricular. A construção de um currículo universitário deixou de ser um espaço de especialistas para ser um espaço coletivo de diálogo entre universidades e movimentos populares. Ou como Chamam Abrahão, Moraes e Loch (2007, p.182) um espaço “entre instituições que ocupam diferentes lugares, olhares e saberes” múltiplos “em função da opção político-pedagógica pela Educação Popular como fundamento”. (MACHADO, 2019, p. 78). Em conformidade com a pesquisa de Paulo (2013, p. 160):

Nós queremos sim entrar na faculdade, é um sonho e uma necessidade. Queremos ter um curso que ajude a gente a trabalhar e a entender o lugar que trabalhamos”. (Fala 1). “É, mas nem todo curso trabalha a educação popular. Por isto a nossa luta é por curso de pedagogia na linha da educação popular”. (Fala 2). “A AEEPA não pode ser só um lugar que dá bolsa, tem que chamar mais educadores pra lutar pelo direito a um salário melhor”. (Fala 3). “Temos que bater nas portas das faculdades e exigir da prefeitura o direito a formação e chamar todos educadores para fazer um movimento mais forte.” (Fala 4). “Parece que as experiências na educação popular não são importantes”. (Fala 5). (Diário, nº 2, 2012).

No caso da PUCRS: A “Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA, junto à Faculdade de Educação e desta, junto à Reitoria da Universidade que ao eleger como linhas mestras balizadoras de sua atuação a qualidade, a pesquisa e o compromisso com a sociedade” (ABRAHÃO; MORAES; LOCH, 2007, p. 184). Em relação a UERGS, o “Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), Jose Clovis de Azevedo, e o prefeito de Porto Alegre, João Verle, assinam nesta quarta-feira 25 de setembro de 2002, às 16h, convênio que cria um curso de graduação em Pedagogia voltado para educadores populares²”. Para José Clóvis de Azevedo, em entrevista para Paulo (2010) para sua monografia: “a AEPPA buscou o governo municipal e estadual para apresentar a demanda de curso de Pedagogia com ênfase na Educação Popular. Trouxeram a demanda de conteúdos e metodologias³”.

Consoante a pesquisa de Paulo (2020, p. 15) “A idéia de dar ênfase na formação dos/as educadores/as populares, oriundos da AEPPA, que se formaram nos cursos de Pedagogia das instituições: IPA, PUC e UERGS foi abordada a partir da categoria conceitual Trabalho.” Na tese de Azevedo localizamos: “No mesmo sentido do

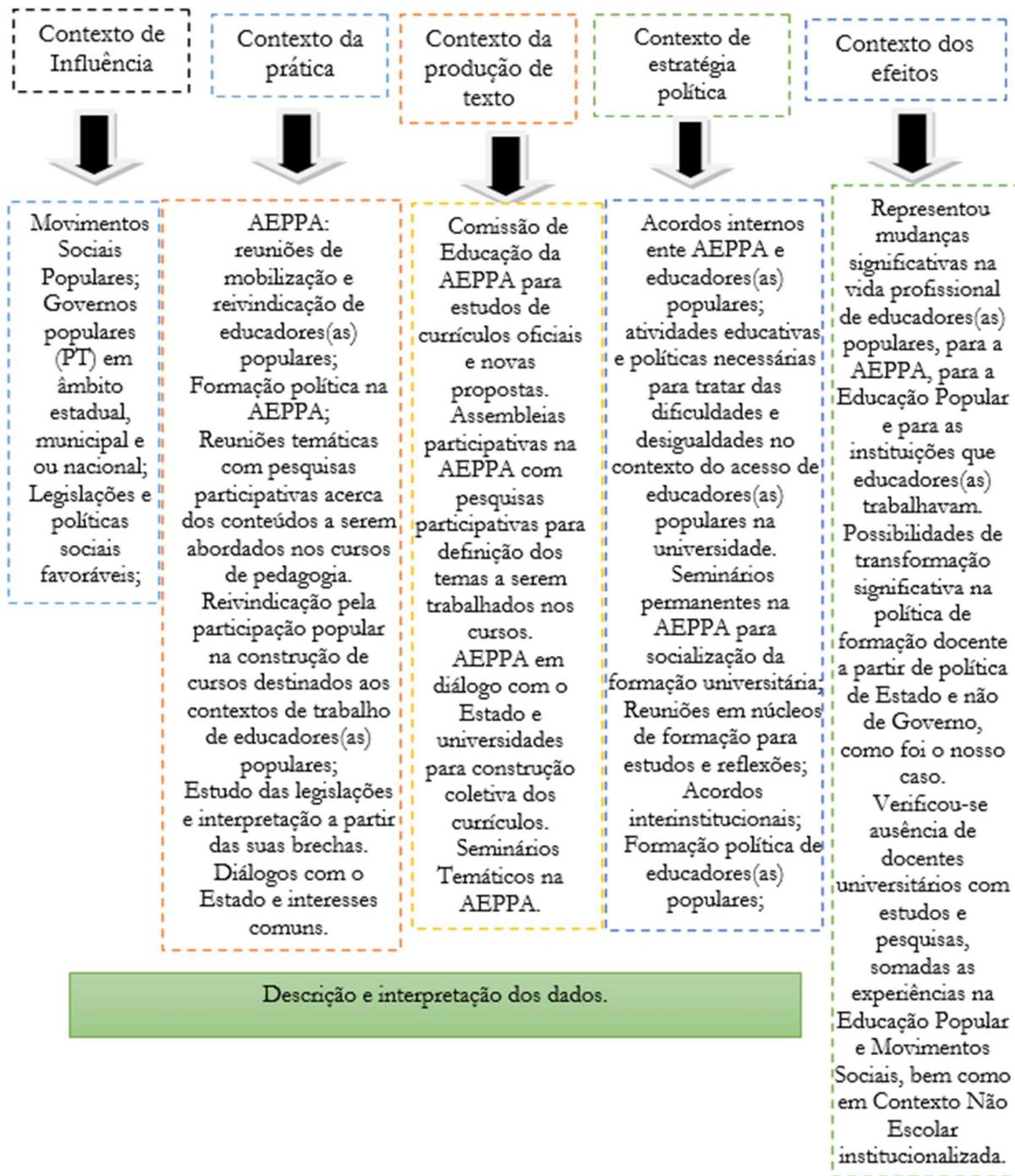
² Notícia fornecida pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Publicada em Publicação: 24/09/2002 às 16h40min. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/uergs-formara-educadores-populares-em-convenio-com-pefeitura-de-porto-alegre>

³ Parte de entrevista não publicada em sua monografia.

compromisso com a formação de educadores e educadoras populares, a Prefeitura de Porto Alegre construiu um convênio com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul para a realização de um curso de Pedagogia (...) em regime especial, voltado às necessidades das instituições conveniadas”. (AZEVEDO: 1997, p.232). Esta caminhada foi registrada em Jornais de circulação estadual no Rio Grande do Sul, como podemos em Paulo (2013) e Ferreira (2010).

Reflexões de fundo

Escolhemos a AEPPA como objeto de estudos e educadores(as) populares como sujeitos que participaram das experiências de construção de currículos de cursos de Pedagogia na perspectiva da Educação Popular. Além da atuação das educadoras(es) populares, congregadas na AEPPA, constata-se que há contextos de influência, de produção de texto, de práticas, de efeitos e da estratégia política (MAINARDES, 2006) na materialização das lutas político-pedagógicas do movimento de educadores(as) populares. “Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares.” (MAINARDES, 2006, p. 50). Registrar as estratégias político-pedagógicas, das protagonistas da conquista dos cursos de Pedagogia com ênfase na Educação Popular, só é possível ao descrever os contextos da prática, considerando o contexto de influências imbricadas na construção desses currículos; as relações entre currículo, Educação Popular e políticas de formação de educadores estão no cerne da conquista da AEPPA, como podemos verificar a seguir:



A reconstrução desta experiência, via pesquisa bibliográfica e documental, nos mostrou que participação popular, protagonismo coletivo e formação política são categorias-chave na construção de currículos na perspectiva da Educação Popular na AEPPA. Encontramos em Flores (2007), Oliveira (2008), Paulo (2010, 2013), Ferreira (2010) e Lord (2011) a presença do currículo na perspectiva da Educação Popular alicerçada na participação de educadores (as) populares, organizados na AEPPA.

Nestas pesquisas localizamos, mesmo que muitas vezes de forma implícita, as categorias acima explicitadas.

Por participação popular compreendemos o que Freire (1969, 2002) afirma: que ela deve fazer parte da vida política, onde participando aprendemos a ter responsabilidade política e social nas decisões de projetos de nossa vida, da comunidade e da sociedade. Ainda, segundo ele, “A participação popular é ferramenta capaz de romper com a tradição de sociedade elitista excludente (FREIRE, 1991, p. 16) e segue dizendo que a “Participação popular para nós não é um slogan, mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática da cidade.” (FREIRE, 1991, p. 75). Quando, na AEPPA, educadores(as) populares se organizam para lutar pela sua formação profissional, participando de vários espaços na cidade (agendas de governo, Orçamento participativo, Conselhos de Direitos, movimentos populares e agendas com universidades), a participação popular se materializa em ações concretas, entre elas a elaboração dos currículos dos cursos de Pedagogia com ênfase na Educação Popular (PAULO, 2010; 2013).

Na revisão de literatura e nas atas consultadas verifiquei que currículos, voltados à Educação Popular, foram construídos com educadores(as) populares, especialista de universidade e de secretarias de educação. Estes são os sujeitos diretos, os protagonistas, da construção dos currículos. Em harmonia com Paulo Freire (1979), compreendo os protagonistas como sujeitos de compromisso político coletivo. Este protagonismo coletivo, construído pela participação popular, é resultado de processos de formação política. Em confluência com Paulo Freire (1980), na educação libertadora temos a preocupação constante com a “formação política e ideológica dos militantes” (p.19). No caso da AEPPA (Carta de Princípios, 2012 e 2017) localizamos que a formação política tem como pressuposto teórico a Educação Popular freiriana, discutida a partir de temas selecionados nas reuniões do movimento de educadores(as).

Quanto ao Ciclo das Políticas Públicas (MAINARDES, 2006) aqui neste artigo, reinventamos esta abordagem para situar a trajetória da AEPPA na elaboração dos currículos dos cursos de pedagogia com base na Educação Popular. A formulação das propostas curriculares foi, inicialmente, definida coletivamente e dentro da AEPPA, cujos objetivos e as estratégias políticas foram construídas, tais como: agendas com o Estado e com universidades. Na etapa de implementação, a proposta é colocada em prática, levando em conta o contexto da prática inicial, das influências (sujeitos protagonistas) e da produção do texto (currículo).

Esse modelo teórico nos ajuda a entender como as políticas (oficiais e não oficiais) são formuladas, implementadas e avaliadas. No caso da AEPPA, as primeiras iniciativas foram não oficiais. Importante entender que o ciclo de elaboração dos currículos não se dera em etapas fixas, ou seja, desde a formulação, a implementação

e a avaliação foram feitas os movimentos de idas e vindas, características dos processos de pesquisas participativas.

PONTOS DE CHEGADA

Recuperando, brevemente os pontos abordados no texto para respondermos à questão: Quais as potencialidades, desafios, limites e retrocessos das experiências de construção de currículos na perspectiva da Educação Popular na AEPPA?

Na experiência da AEPPA na construção de currículos de Pedagogia sob a perspectiva da Educação Popular, destacam-se várias potencialidades e desafios. As potencialidades incluem a construção coletiva de currículos, colaboração com o Estado, universidades e movimentos populares, e o desafio à lógica eurocêntrica da educação tradicional. A abordagem enfatiza o diálogo, a problematização e a organização curricular, além de integrar saberes oriundos de lutas políticas e pedagógicas populares. Por outro lado, os desafios e limites identificados incluem a falta de experiência prática em Educação Popular de alguns educadores universitários e a dificuldade de incorporar temas de movimentos sociais mais amplamente. Além disso, sob governos conservadores, como o de Jair Bolsonaro, a AEPPA enfrentou retrocessos significativos, com perseguições aos movimentos populares e à Educação Popular.

As considerações finais do estudo enfatizam a importância de manter a luta política e esperançosa pela Educação Popular, apesar dos desafios. Isso inclui a necessidade de publicizar as lutas e conquistas, ocupar espaços de influência política, e dialogar sobre políticas de formação de educadores. Argumenta que a pedagogia, como ciência da educação, deve transcender a formação de docentes, abrangendo a educação em sentido amplo, escolar e não escolar institucionalizado. Assim, recomenda-se a ampliação da Educação Popular e das Pesquisas Participativas nas universidades, visando uma maior integração e reconhecimento de projetos como o da AEPPA, e a valorização de saberes e práticas educacionais mais inclusivas e democráticas.

As recomendações e propostas a partir desse estudo crítico da experiência da AEPPA é manter a luta política esperançosa com as formações na perspectiva da Educação Popular, com a publicização de suas lutas reivindicatórias e conquistas, assim como a necessidade de ocupação de espaços de influência e decisão política que permitam dialogar e problematizar acerca das políticas de formação de educadores na universidade.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; MORAES, Salete Campos de; LOCH, Jussara Margarete de Paula. Curso de Pedagogia com ênfase em Educação Popular: A construção da utopia. *Revista Educação*. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 1 (61), p. 181-189, jan.abr. 2007.

APPLE, Michael. *Currículo e ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE. Caderno ATA 10, Livro 1, 2006, p. 206. Data: 23 Agost. 2006.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE. Caderno ATA, Livro 2, p.150. Data: 14 jul. 2012.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE. Carta de Princípios de 2012.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE. Carta de Princípios de 2017.

AZEVEDO, José Clóvis de. *Reconversão Cultural da Escola: Mercoescola e Escola Cidadã*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

AZEVEDO, José Clóvis. Depoimento [abr. 2009]. Entrevistadora: Fernanda dos Santos Paulo. Título: Educação Popular, formação de educadores populares e governos progressistas. Porto Alegre, IPA-Methodista. 2 horas de entrevistas transcritas. Entrevista concedida para Monografia de curso de Especialização em Educação Popular e Movimentos Sociais.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. (Org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo: brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues Brandão. *Trinta Anos Depois: alguns elementos de crítica atual aos projetos de cultura popular dos movimentos de cultura popular dos anos 1960*. In: PONTUAL, Pedro, IRELAND, Timothy (organizadores). *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

FÁVERO, Osmar (org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CORREIO DO POVO. *Educador popular busca formação*. Porto Alegre, 02, janeiro de 2006. Seção ENSINO.

FERREIRA, Tamar Gomes de Oliveira. *A Associação de Educadores Populares de Porto Alegre e a formação para e na cidadania: O Educador Popular em discussão*. Trabalho de conclusão do curso de Pedagogia. Porto Alegre: FAE/SÉVIGNÉ, 2010.

FLORES. Maria Luiza Rodrigues. *Movimento e Complexidade na garantia do direito à Educação Infantil: um estudo sobre políticas públicas em Porto Alegre*. 2007 Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade Brasileira*. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2002.

JARA, Oscar. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*; tradução de Luciana Gafrée e Sílvia Pinevro. Colaboração Elza Maria Fonseca Falkembach. – 1. ed.
– Brasília, DF: CONTAG, 2012.

LORD, Lucio Jose Dutra. *Educação, política e periferia: estudo sobre o movimento de educadores populares em Porto Alegre*. Campinas, SP, 2011. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

MACHADO, Maria Elisabete. *Trajetórias universitárias e profissionais de egressos de um curso de pedagogia com ênfase em educação popular*. 2019. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

OLIVEIRA, Tamar Gomes de. Depoimento [abr. 2007]. Entrevistadora: Fernanda dos Santos Paulo. Título: *História da AEPPA*. Porto Alegre, sede provisória da AEPPA. 2 horas de entrevistas transcritas. Entrevista concedida para pesquisas.

OLIVEIRA, Graciete Maria de. *Formação de educadores populares: análise da experiência educativa de creches comunitárias vinculadas a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre – AEPPA*. 2008. Dissertação- Curso de Mestrado. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação (PPG) da Faculdades EST.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Formação das/os Educadoras/es Populares de Porto Alegre formadas/os em Pedagogia: Identidade, Trajetória e Desafios*. Trabalho de conclusão de curso de especialização. Porto Alegre. Instituto Superior de Educação Ivoti e Instituto Brava Gente, 2010.

PAULO, Fernanda dos Santos. *A formação dos (as) educadores (as) populares a partir da práxis: um estudo de caso da AEPPA*. Dissertação de mestrado. UFRGS-FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2013.

PAULO, Fernanda dos Santos. *Pioneiros e pioneiras da Educação Popular freiriana e a universidade*. Tese de Doutorado. UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.

PAULO, Fernanda dos Santos; FERREIRA, Gisiane Schneider. Formação de educadoras da Educação Infantil Comunitária: reflexões freirianas. *Revista Brasileira de Educação Básica*. Ano 6, Número Especial – Paulo Freire, setembro, 2021. P. 1-10.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* In: LANDER, E. (Coord.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. Pp. 117-142.

SACRISTÁN, Gimeno. *O Currículo uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. “*Sentido da Pedagogia e o Papel do Pedagogo*”. *Revista da Ande*. (9): 27-28. São Paulo. 1985.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

STRECK, Danilo R. PITANO, Sandro de Castro; MORETTI, Cheron Zanini; LEMES, Marilene; PAULO, Fernanda dos Santos; SANTOS, Karine. *Educação popular e docência*. São Paulo: Cortez, 2014.

TORRES, Carrilo Alfonso. *Historias Locales Poblacionales – Chile. Historia desde abajo y la recuperación colectiva de historias populares* - Alfonso Torres. YouTube, 07/09/2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ePFK2LHaoLU>

WALSH, Catherine. *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.